

VOZ DO EMPRESÁRIO

Ragendra de Sousa confiante num Moçambique melhor posicionado no Doing Business 2019



Luís Magaço

O ambiente de negócios em Moçambique: “Não está brilhante, mas também não está mau.”

4

Açúcar

Moçambique pronto para cortar importação de açúcar refinado.

6

Laurent- Thong-Vahn

“Reformas introduzidas pelo Governo já produzem resultados reais” considera o Administrador Delegado do Banco Société Générale Moçambique.

6

Empresários

O que dizem os Empresários?

7

O ressoar da Voz do Empresário



Promover, apoiar, e proteger os interesses empresariais e de negócios, são o grande propósito da Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), junto dos seus membros.

Esta missão, que tem sido encarada de forma profícua, ao longo destes 17 anos de existência da ACIS, ganha agora mais força, com o resgate do veículo que expressa, de forma directa e eficiente, a Voz do Empresário. O resgate da Folha Empresarial.

Sim, resgate, assim considero porque durante alguns meses este periódico parecia com outros tantos, na arena informativa, cumprindo uma missão generalista e, ainda assim, distante daqueles que servimos - os nossos membros. Ao nos apercebermos desse grande equívoco, ensaiamos um interregno, visando redefinir o conceito da Folha Empresarial, para uma abordagem que nos aproximasse do nosso objectivo.

Na Folha Empresarial, que hoje apresentamos, fazemos eco à voz do empresário, sobretudo os membros da ACIS. É aqui onde o empresário expressará e buscará respostas para os seus anseios.

Com nova roupagem, esta via de comunicação visa atender a demanda do sector empresarial e possibilitar a sua visibilidade ao público em geral, focando-se nas questões-chave a ter em conta, no processo de desenvolvimento de reformas económicas. Este é um meio de advocacia sobre assuntos que preocupam o empresariado nacional, no sector privado.

A Folha Empresarial é agora um espaço que estabelece o diálogo permanente entre o empresário e os tomadores de decisão. É a Voz do Empresário.

Resigna o estatuto de "concorrente", relativamente aos meios de comunicação já existentes e passa a complementá-los, de modo a promover grandes acções da ACIS/Sector privado, com foco para reformas económicas, quadro legal sobre a actividade económica em Moçambique, artigos de fundo, grandes entrevistas com empresários e membros do governo e reflexões sobre os sectores prioritários, na economia moçambicana.

Nesta edição em "relançamento", o leitor ficará com a ideia de como será estabelecida a interacção entre os empresários e as autoridades competentes.

Boa leitura!

Fernanda Fazenda
Directora Executiva

ACIS concebe plataforma que permite interacção directa entre os membros

Os membros da Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS) passam a dispor, a partir deste ano, de uma plataforma de comunicação, que vai, entre outros, permitir a interacção directa entre os membros, para além de apoiar na concretização dos principais objectivos da associação, visando a defesa dos interesses dos associados

Trata-se do serviço Step-in ACIS (SIA), dividido em portal de gestão da ACIS e portal de membros.

A plataforma foi concebida a partir das necessidades dos membros e será habilitado para *web* e *mobile* para facilitar a acessibilidade para membros em todo o país.

Este projecto inovador inclui um campo para o relato de incidentes, onde os membros poderão narrar um acontecimento, que a seguir será registado e encaminhado às entidades competentes.

O SIA vai permitir, igualmente, administrar dados da associação, incluindo informações comerciais, contactos, pagamento de assinatura, preferências de conteúdo e participação em grupos de interesse especial.

Nesta plataforma, que vai promover o sentido de comunidade empresarial, serão ainda fornecidos serviços para apoiar os investidores, incluindo serviços de tradução e orientação regulamentar (por exemplo, transparência das empresas e melhores práticas de combate à corrupção).

Ragendra de Sousa confiante num Moçambique melhor posicionado no Doing Business 2019

Por: António Dias

O Ministro da Indústria e Comércio, Ragendra de Sousa, acredita que Moçambique poderá melhorar a prestação na próxima avaliação Doing Business, na sequência dos esforços do Governo para a melhoria do ambiente de negócios, no país.

Em entrevista à Voz do Empresário, Ragendra de Sousa disse que os três pontos alcançados por Moçambique, este ano, resultam de uma série de reformas estruturais, presentes no Plano Quinquenal do Governo, visando a simplificação dos processos comerciais e a eliminação de todos os aspectos que constituem entrave para o agente económico.

Segundo o Ministro, o primeiro passo a considerar passa pela descentralização da economia. “Nós estamos a reformular um modelo que teve mais de 150 anos de intervenção estatal. Nesta nova abordagem, procuramos estabelecer uma economia meramente de mercado, onde o imperativo é medido pela procura e oferta. Estamos a rever o Código Comercial, de modo a adequá-lo à nova realidade, mas este desafio é ainda maior, porque exige, antes de tudo, uma profunda mudança de mentalidade”, afirmou.

De Sousa assevera, igualmente, que o Estado está completamente comprometido em tornar o clima de negócios mais atraente, de tal modo que o governo já definiu, em reuniões sectoriais, o papel de cada instituição, estando praticamente concluídas as obrigações estatais apontadas no cronograma.

“Posso garantir que tudo fazemos para, na

medida do possível, avançarmos com a melhoria do ambiente de negócios. Aprovamos leis estruturais, pretendemos criar a Central Única de Crédito, que vai permitir que bens imóveis possam servir de garantia. Estamos também a aproximar as instituições, para facilitar os processos burocráticos, por exemplo, faz sentido melhorar a articulação entre os ministérios da Justiça e da Indústria e Comércio, porque se um agente pretende montar uma empresa, tem de lidar com o comércio, mas para certificar recorre à justiça. É um avanço que o país está a conhecer”, considerou.

Outra reforma importante para a redução da burocracia, no pacote da melhoria do ambiente de negócios, é a operacionalização dos serviços públicos por via digital. Segundo Ragendra de Sousa, este desafio está patente na Nova Perspectiva, baseada na Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócios (EMAN I e II).

“Estamos a trabalhar na criação de um Ponto Único Físico para tratar de tudo. O que pretendemos, nesta fase, é que de forma electrónica, ou de forma física o empresário dirija-se a um ponto físico onde todos os anseios ligados à sua empresa sejam atendidos. Note que nós vamos iniciar, mas os outros países já andam anos-luz, nesse processo”, avisa.

Trata-se de um processo, segundo o dirigente, que exige um programa sólido de formação, não só para o funcionário público, mas também para o agente económico.

“O mundo está a duas velocidades. O computador ainda não é um bem popular, em Moçambique, mas há países em que os computadores são usados até nas escolas secundárias. O próximo passo é ver se estamos *on-line*. Em princípio, a Nova Perspectiva está a ser consolidada para publicação, mas nós já avançamos com algumas acções, tal é o caso de aprovação de licenças por via electrónica”.



Luís Magaço

O ambiente de negócios em Moçambique “Não está brilhante, mas também não está mau”

Por: António Dias

O presidente da Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), Luís Magaço, considera que o ambiente de negócios, em Moçambique, tem estado a registar melhorias, não obstante os desafios ainda por superar.

Luís Magaço baseia a sua análise nos três lugares alcançados por Moçambique no relatório Doing Business divulgado este ano pelo Banco Mundial, que coloca o país na 135.^a posição, contra a 138.^a alcançada no ano passado.

Para o presidente da ACIS, qualquer avanço registado nos indicadores da melhoria do ambiente de negócios representa um “claro sinal de esperança” para a economia nacional.

“Penso que é lógico alcançar grandes vitórias, a partir das pequenas e esta, para mim, vale a pena celebrar, porém, sem euforia. É necessário continuar com as reformas, pois estamos a competir com outros países do mundo, que colocam a informação a favor do seu interesse de se posicionar em destaque e, desta corrida, só podemos sair vencedores se formos mais rápidos e eficientes”, disse.

A fonte rejeita qualquer posição crítica ao facto de Moçambique ter-se destacado em apenas três tópicos, entre os dez avaliados pelo Banco Mundial no Doing Business.

“Os três lugares para frente, significam que, no contexto internacional, nós conseguimos fazer melhor do que os que estavam à frente e podemos continuar a fazer. Para a ACIS, é fundamental que o país dê sinais positivos ao mundo, porque o Doing Business é o barómetro que atrai ou retrai investimentos”, explicou, ressaltando que se deve considerar outros factores que desfavorecem o clima de negócios e, numa acção conjunta, encontrar as melhores soluções, para colmatá-los.

“Esta hesitação do FMI sobre nós e o facto de os doadores cancelarem a ajuda ao Orçamento do Estado são factores que retraem investimentos,

mas termos uma avaliação positiva do Banco Mundial é, obviamente, um elemento importante para a atracção de investimentos e, para a ACIS, é fundamental que estas pequenas vitórias consagrem uma imagem positiva de Moçambique”, rematou.

Entre os dez tópicos avaliados pelo Banco Mundial, no relatório Doing Business, Moçambique registou melhorias relativamente ao fornecimento de electricidade, pagamento de impostos e o comércio internacional.

Magaço defende que para que o impacto dessas melhorias se traduza em ganhos tangíveis, é necessário que as autoridades competentes adoptem medidas que caminhem no mesmo sentido que as reformas aplicadas, facto que, para o Presidente da ACIS, não se tem verificado, devido, sobretudo, ao aumento dos custos operacionais.

“Ao mesmo tempo que avançamos com passos muito firmes, em algumas reformas muito precisas, por outro lado temos medidas que estão em contra-mão. Os custos dos serviços públicos estão a aumentar de forma exponencial, sem aumentar a eficiência, o que não se fundamenta porque é suposto que estes serviços todos sejam cobertos pelos impostos”, protestou.

O Presidente da ACIS enaltece, entretanto, o privilégio que a matriz do diálogo público-privado concede ao Doing Business, inserindo-o às estratégias adoptadas para a melhoria do ambiente de negócios.

“Esta abordagem permitiu que algumas entidades levassem a peito as suas responsabilidades e fizessem as transformações necessárias para que os seus serviços melhorassem. No caso da EDM, pudemos assistir a um exercício pela redução de dias necessários para obter uma licença, pela maior disponibilização da energia e maior transparência tarifária dos serviços e dos custos e o mesmo verificou-se na Autoridade Tributária e nos serviços de Migração”, jubilou, vincando a necessidade de se elevar, num quadro institucionalizado, a articulação entre o Governo e o sector privado a um nível mais satisfatório.

Ambiente de negócios: Nova Perspectiva 2019-2021



Por: Ascensão Machel

O Governo de Moçambique aprovou, por Resolução n.º 3/2008, de 29 de Maio a I Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios (EMAN I), para o período 2008 – 2012, com 5 (cinco) objectivos estratégicos a alcançar; i) simplificar os procedimentos para iniciar o negócio; ii) simplificar o sistema de requisitos e de procedimentos para iniciar actividades económicas; iii) criar uma inspecção-geral única para licenciar actividades económicas; iv) adopção e adaptação de normas internacionais (ISO) e regionais de acordo com as necessidades do sector privado; e v) simplificar procedimentos para fazer uma importação e exportação.

Devido aos resultados encorajadores advindos da implementação da referida estratégia para o empresariado e investidores, bem como para a economia do país, o Conselho de Ministros (CM) decidiu que fosse elaborada uma segunda estratégia sucedânea, portanto, EMAN II aprovada pelo CM para o período 2013 - 2017. A EMAN II compreende dois objectivos estratégicos, i) Simplificação do Ciclo de Ne-

gócios e ii) Melhoria da Competitividade, que se encontra actualmente em fase final de implementação e já em curso a sua avaliação.

Nos últimos tempos, Moçambique tem vivenciado eventos internos e externos que concorrem para profundas análises e mudanças do ambiente económico geral com profundos impactos nas dinâmicas e ambiente de negócios nacional. Tais eventos têm provocado oscilações cambiais e de balança de pagamento o que exige uma formulação de promoções de iniciativa económica com foco na melhoria da competitividade, incremento do emprego e empregabilidade, diversificação da economia e política Estabilidade fiscal e monetária.

A referida mudança no contexto geral da economia nacional, deu ao país uma oportunidade de reestruturação das bases económicas do País com foco no crescimento e desenvolvimento do sector privado e no seu reposicionamento estratégico do País nos instrumentos de avaliação económica mundial, foi a partir daí que surge a ideia da elaboração do instrumento Ambiente de negócios: Nova Perspectiva 2019-2021 (ANNP), não como continuidade da EMAN I e II mas sim descontinuar do formato de estratégia a abraçar o formato de iniciativa com foco na melhoria da competitividade, incremento do emprego e empregabilidade, diversificação da economia e estabilidade fiscal e monetária.

Trata-se de um instrumento mais flexível que permita entrada e saída de reformas, mais aglutinador, fundir as 3 matrizes para melhoria do ambiente de negócios, portanto, a matriz de prioridade de reformas, matriz *doing business* e a própria matriz da estratégia e por fim o projecto nacional onde

todos se revejam nele, permitindo sinergias de recursos e implementação. Com a anuência do Governo ao nível do CM o ANNP foi feito com participação nacional de todos actores principais. Cerca de 18 encontros de auscultação em todo o País, 53 entrevistas e 194 inquéritos e auscultados cerca de 910 empresários e 45 representantes do sector público.

Destas auscultações salientam-se várias constatações de entre as quais a pressão fiscal, alto custo do crédito bancário, dificuldade de contratação de mão-de-obra estrangeira, fraqueza na efectiva implementação e interpretação das Leis pelo funcionário público, pressão de inspecções descoordenadas no sector formal, integração de empresas locais no fornecimento aos megaprojectos, apoio na certificação de qualidade, melhorar a coordenação entre instituições do Governo, falta de vias de acesso para escoamento da produção agrícola, entre outras.

Como forma de resolver estas e outras questões acima, foram colocadas propostas de soluções divididas em dois blocos: i) Moçambique mais atractivo ao investimento; e ii) Empresas mais competitivas a serem aprovadas e implementadas até 2021.

A aprovação pelo Governo do ANNP 2019-2021 esta previsto para 2018 e os actores relevantes do processo, acreditam que este possa ter impacto na competitividade, eficiência e estabilidade das PME e ainda nos indicadores de avaliação internacional e assegure reformas necessárias, em todos os sectores da economia nacional bem como ter uma definição clara de metas e prazos para que, todos estejam alinhados no cumprimento dos seus objectivos.



Laurent Thong-Vahn não se sente impressionado com a classificação de Moçambique no relatório do Banco Mundial.

Por: António Dias

Reformas introduzidas pelo Governo já produzem resultados reais

O administrador delegado do Banco Société Générale Moçambique reconhece, entretanto, a notoriedade das reformas implementadas pelo governo, sobretudo para a melhoria do ambiente de negócios no sector bancário.

“A nova direcção do Banco Central está a desempenhar um papel crucial na modernização do sector. Todas as reformas recentes vão no sentido de trazer maior transparência para os clientes e estes podem, hoje, comparar o custo do crédito, o que antigamente era difícil. Haviam as tarifas, mas as taxas de juro não eram transparentes”, enalteceu.

Falando   Folha Empresarial, Thong-Vahn apontou a necessidade de se reforçar, continuamente, o processo de reformas, para que o país atinja patamares mais elevados de competitividade.

“Incomoda-me o facto de Moçambique encontrar-se nessa posição (135. ) e acho que o país tem que melhorar esse *ranking*. Destacar-se em apenas 3 indicadores, um país que concorre para ser, daqui a 20 anos, pode ser, daqui há 20 anos, um dos mais ricos de África, não é suficiente”, desabafou.

Para o banqueiro, o principal entrave para o investimento em Moçambique está na lentidão dos processos atinentes à actividade econ mica.

“Na minha percepção, essa é a maior queixa dos investidores. Urge reduzir o tempo para a aprovação de investimentos. A segunda coisa é a indisponibilidade de uma assessoria de qualidade para a facilitação desses proces-

sos, visto que os melhores assessores apresentam-se quase sempre ocupados”, desabafou, apontando um terceiro entrave, que tem a ver com a imagem negativa de Moçambique decorrente de algumas notícias que chegam ao exterior.

“A questão das d vidas ocultas pesa, sobremaneira na visão que os investidores têm sobre o país. Sei que as autoridades competentes d o maior atenção para a resolução deste problema, mas é um facto que o investidor conserva. Qualquer informação negativa deixa uma grande sequela. Fen menos como o apagão dos caixas electrónicos são extremamente prejudiciais”, disse.

Thong-Vahn recomenda uma projecção cuidadosa da imagem do país através de uma Agência para a Promoção de Investimentos e Exportações mais operante e focada na promoção da melhor imagem do país junto aos investidores.

Segundo a fonte, é fundamental, para o efeito, desmistificar a legislação por forma a reduzir o risco cambial.

“Vista de fora, a legislação cambial de Moçambique   incompreensível. O investidor não conhece o português. Além disso, os textos não são tão claros, apesar dos princípios serem razoáveis. Há que potenciar o marketing que esta legislação faz do país, através do investimento na clareza”, aconselhou, revelando que o Banco Société Générale tem mantido encontros com algumas empresas, visando explicar os princípios patentes na legislação cambial.

Moçambique pronto para cortar importação de a  ar refinado

Por: Edson Chichongue

Moçambique vai a partir do próximo ano deixar de importar a  ar refinado, com a inauguração em finais de Novembro último, de mais uma linha de produção de a  ar refinado pela Tongaat Hulett, que torna auto-suficiente em a  ar refinado e deste modo corta drasticamente a importação daquele produto.

É que mais da metade da indústria local com necessidade de a  ar refinado dependia grandemente da importação deste produto, (que resultou na saída de mais de 30 milhões de dólares do país), que desde já passou a ser produzida localmente e com uma capacidade de 90 mil toneladas contra um consumo anual estimado em 70 mil toneladas.

Segundo dados fornecidos pela empresa que desde já passa a produzir o a  ar refinado, foi investido cerca de 550 milhões de rands aproximadamente três bilhões de meticais na nova linha de produção e a mesma foi projectada para atender a demanda local nos próximos 7 a 10 anos.

A refinaria de Xinavane foi construída em 18 meses e criou 605 postos de trabalho directos e na sua fase operacional deverá contar com 90 colaboradores permanentes. Falando momentos após a inauguração da fábrica, pelo Chefe do Estado Filipe Nyusi, o presidente da Tongaat Hulett, Bahle Sibisi, frisou que de 2007 a 2010, a Tongaat Hulett investiu 160 milhões de dólares na expansão e modernização da fábrica de Xinavane para produzir 250 milhões de toneladas de a  ar a partir de uma capacidade de moagem de 2 milhões de toneladas de cana-de-a  ar.

Já em 2008 a fábrica partiu de uma produção de 10 000 toneladas de a  ar para uma capacidade actual de produção instalada de 340 000 toneladas.

“Nós temos a maior comunidade de produtores de cana-de-a  ar em pequena escala no país, com 57 agricultores individuais e 22 associações que incluem 3.326 membros abastecendo as fábricas da Tongaat Hulett em Moçambique, o que re-

representa 20% da oferta de cana-de-a  ar às duas fábricas da Tongaat, sendo que o nosso objectivo é aumentar a participação de produtores de pequena escala para 40% nos próximos cinco anos”, frisou.

O presidente da Tongaat salientou ainda que a abertura da refinaria de a  ar no investimento de 550 milhões de rands, com a capacidade de produção de 90.000 toneladas de a  ar refinado por ano totaliza um investimento de 6,5 bilhões de rands pela Tongaat Hulett em Moçambique desde o início da actividade em 1998.

“Acreditamos que a refinaria de a  ar branco que temos a honra de ver aberta oficialmente pelo Presidente da Republica, irá melhorar a dinâmica do abastecimento de a  ar em Moçambique e oferece maiores possibilidades para Moçambique estar melhor posicionado no contexto do comércio regional, não apenas com as exportações de excedentes de produção, mas têm também oferecendo oportunidades de investimento de produtos a jusante”.

O que dizem os empresários?



Mário Deus

Director Executivo da Gondwana

“Precisamos de uma administração mais competente, mais ligeira e menos burocrática. Também é preciso ter leis que vêm logo acompanhadas de regulamentos e que haja uma educação em termos de funcionalismo público. Que os funcionários públicos tenham a capacidade de tomar decisões e assumir responsabilidades por essas decisões e não empurrar tudo para uma chefia que vai resolver. São factores que penalizam o bom desenvolvimento das oportunidades que aparecem. Particularmente, no sector mineiro, É necessário desenvolver uma classe de profissionais que passarão a ser respeitados quando a sua presença nas acções produtivas lhes der a tarimba necessária para

que possam ter a capacidade de controlar as actividades. Este é um processo de crescimento. Eu vejo que as pessoas às vezes pensam que porque já são formados em engenharia, já estão totalmente capacitados. O processo de aprendizagem não é isso.

Outro grande problema para esta área é o dinheiro caro, a instabilidade da moeda nacional, comparada com moedas mais fortes e consequentemente as taxas de juro que são aplicadas, então a capacitação financeira destas empresas torna-se difícil. Não é fácil correr à banca porque há muitos riscos, alguns imprevisíveis e os bancos tentam sempre proteger-se. O crescimento contínuo da economia é a única coisa que pode dar confiança para esses imprevistos, onde muitas vezes aparece uma variação da moeda que obriga a uma reorientação completa”.



Dércio Parker

Director Geral do MCI

“No meu ponto de vista, o sector de serviços e turismo, tem um potencial imenso e certamente irá crescer em Moçambique. Existe uma multiplicidade de serviços não executados, neste momento e que poderão, no futuro, tornar-se geradores de emprego e renda, tendo em conta que noutros países do mundo como por exemplo nas Maurícias, Tailândia e Portugal estes dois sectores evoluíram bastante nos últimos anos e têm sido um exemplo a seguir por terem-se mostrado, sem margem de dúvida, um braço forte para alavancar a economia.

Com o crescente acesso à internet é possível inovar e divulgar o potencial que Moçambique tem a nível de turismo e o mesmo deve ser da prestação de serviços. A grande aposta poderá estar no avanço tecnológico e nas reformas das leis, por forma a facilitar e tornar possível os pagamentos *online* a custos mais baixos, algo que ainda constitui um obstáculo para muitos operadores.

Há jovens que tem esta visão e estão a criar e implementar plataformas para tornar estes serviços possíveis. Portanto, a minha avaliação é positiva, contudo acho que o trabalho deve ser contínuo e que os diversos

intervenientes (stakeholders) devem dar um pouco mais de si e sempre com um olhar para o futuro, por forma a alcançarmos os patamares desejáveis.

Para se conseguir o maior ganho possível no exercício dos negócios, requer que sejamos capazes de manter a satisfação dos nossos clientes e ainda capazes de penetrar em novos mercados. Isto requer um investimento constante em acções de formação e capacitação dos nossos colaboradores, investimento em tecnologia, inovação e certificação. No meu ponto de vista se conseguirmos alinhar estes três factores e mantê-los sempre actualizados, seremos capazes de fidelizar os nossos clientes e fazer crescer os negócios de forma sustentável e segura, para além de penetrar noutros mercados de forma altamente competitiva.

E importante que estejamos atentos à evolução e que adaptemos o nosso negócio para acompanhar esta evolução, chamamos a isto flexibilidade, que é o que muitas empresas precisam hoje em dia. O nosso foco deve ser no cliente, temos que ser focados na experiência e na satisfação do cliente sem descorar das regras, políticas e dos bons princípios de gestão vigentes no território onde operamos e não só, mas também nas nossas empresas”.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
ACIS

SEDE:
Avenida Poder Popular N.º 264, Prédio AMI,
Beira - Moçambique

CONTACTOS:
Telf.: +258 23 32 59 97 | Fax: +258 21 01 95 27

SUCURSAL:
Bairro Sommerschild
Rua Damião de Góis, 438 - 1.º andar
Maputo

CONTACTOS:
Telf.: +258 21 24 43 26
Fax: +258 21 49 47 85

COORDENAÇÃO E REDACÇÃO:
ACIS

LAYOUT, MAQUETIZAÇÃO E FOTOGRAFIA:
Imagem One, Lda

PERIODICIDADE:
Mensal

Próximos eventos:

2.ª Conferência Anual da Acis

Data: 30 de Maio de 2019

Maputo

Tema: Ética Empresarial

XVI CASP Maputo - Conferência Anual do Sector Privado

Data: 13 e 14 de Março de 2019

Organização: Governo de Moçambique

Apoio: CTA

Conferência TEDXMaputo 2019

Data: 11 de Maio de 2019

Hotel Polana

Maputo

Gulfood 2019 - 4.ª Edição

Data: 17-21 de Fevereiro de 2019

Dubai, World Trade Center

Inscrições: +258 21491970; +258 828778410

Dae@ccmoz.org.moz

VII Cimeira Bienal Estados Unidos da América-África (CCA)

Data: 18 a 21 de Junho de 2019

Centro de Conferências Joaquim Chissano

Maputo

Offshore Technology Conference (OTC)

Data: 30 de Abril a 3 de Maio de 2019

NRG Park, Houston - Texas

EUA

Novos Membros

1. Edgar Cardoso Moçambique, SA



2. Print4you



3. LalgY Transportes



4 - Marcas e Companhia Internacional, Lda.



5 - Maguêzi, SA



6 - MXR Serviço Jurídico



Congratulações aos membros:



A ACIS felicita a Açucareira de Xinavane pela entrada em funcionamento da maior refinaria de açúcar branco, em África, a Refinaria de Xinavane.

Bem-haja!

Efemérides:

Inauguração da Refinaria de Xinavane.
29 de Novembro de 2018.

Anuncie no nosso Jornal

Email: aciscoms@acismoz.com

Cel: (+258) 823292859 ou 8431

Reformas aprovadas ou em discussão

Decreto n.º 68/2018 de 12 de Novembro de 2018

--> Altera os artigos 11, 19, 20, 21 do Decreto n.º 33/2005, de 23 de Agosto, que aprova os Estatutos do Instituto Superior de Educação e Tecnologia e republica os Estatutos do Instituto Superior de Educação e Tecnologia aprovados pelo Decreto n.º 33/2005, de 23 de Agosto.

Decreto n.º 69/2018 de 12 de Novembro de 2018

--> Altera os artigos, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 25, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 52, 53, e 54 e 69 do Decreto n.º

42/2005 de 5 de Outubro e republica os Estatutos da Universidade A Politécnica, aprovados pelo Decreto n.º 42/2007, de 5 de Outubro.

Decreto n.º 70/2018 de 12 de Novembro de 2018

--> Autoriza a GEDENA - Gestão e Desenvolvimento de Nampula, S.A., com sede na Cidade de Nampula, a criar uma instituição de ensino superior da Classe A, designada por Universidade Novo Horizonte, Eduardo Silva Nihia.

Resolução n.º 31/CNE/2018 de 29 de Outubro de 2018

--> Atinente a designação dos membros das Comissões Distritais de Eleições

Resolução n.º 32/CNE/2018 de 29 de Outubro de 2018

--> Designa vice-presidentes das Comissões Distritais de Eleições, por província, as personalidades indicadas pelos dois partidos políticos mais votados com assento Parlamentar.

Lei de Conteúdo Local

--> Proposta em análise
Revisão da Lei do Trabalho
--> Proposta em análise
Revisão do Código Comercial
--> Proposta em análise